



# O que fazer com o Fundeb?

PROFESSOR LUIZ ARAÚJO – FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNB

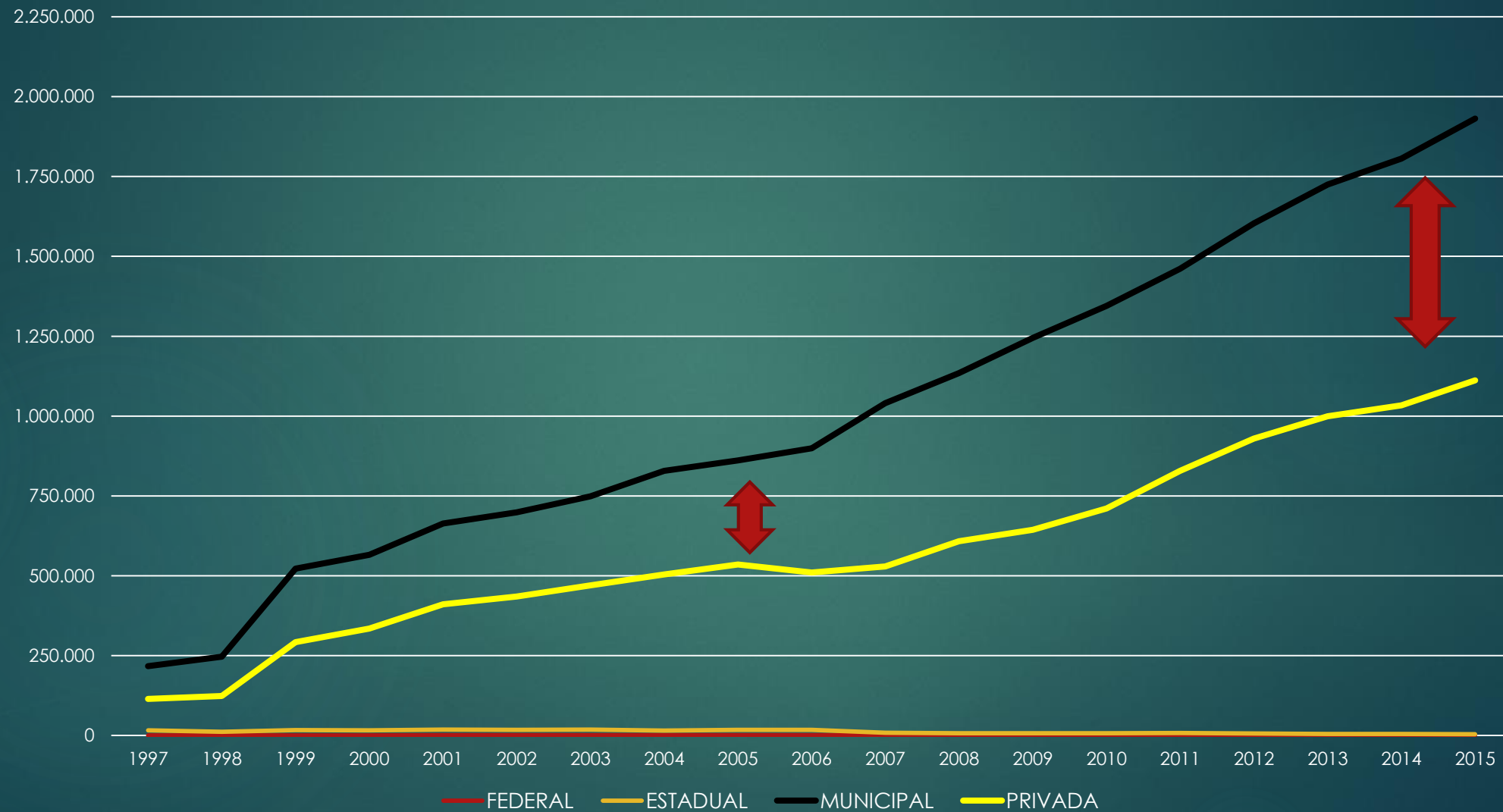
# Recorte

- ▶ Para falar do futuro do FUNDEB é necessário ver o saldo de sua existência.
- ▶ Mas, além disso, é necessário verificar o contexto atual, especialmente a obrigação legal de instituir o Custo Aluno Qualidade Inicial, tarefa que está quase um ano atrasada.
- ▶ Trago alguns elementos de balanço e reflexões para o futuro.
- ▶ Apesar da essência da PEC em debate é tornar permanente o FUNDEB, discutir problemas, saldos positivos e impasses é fundamental.

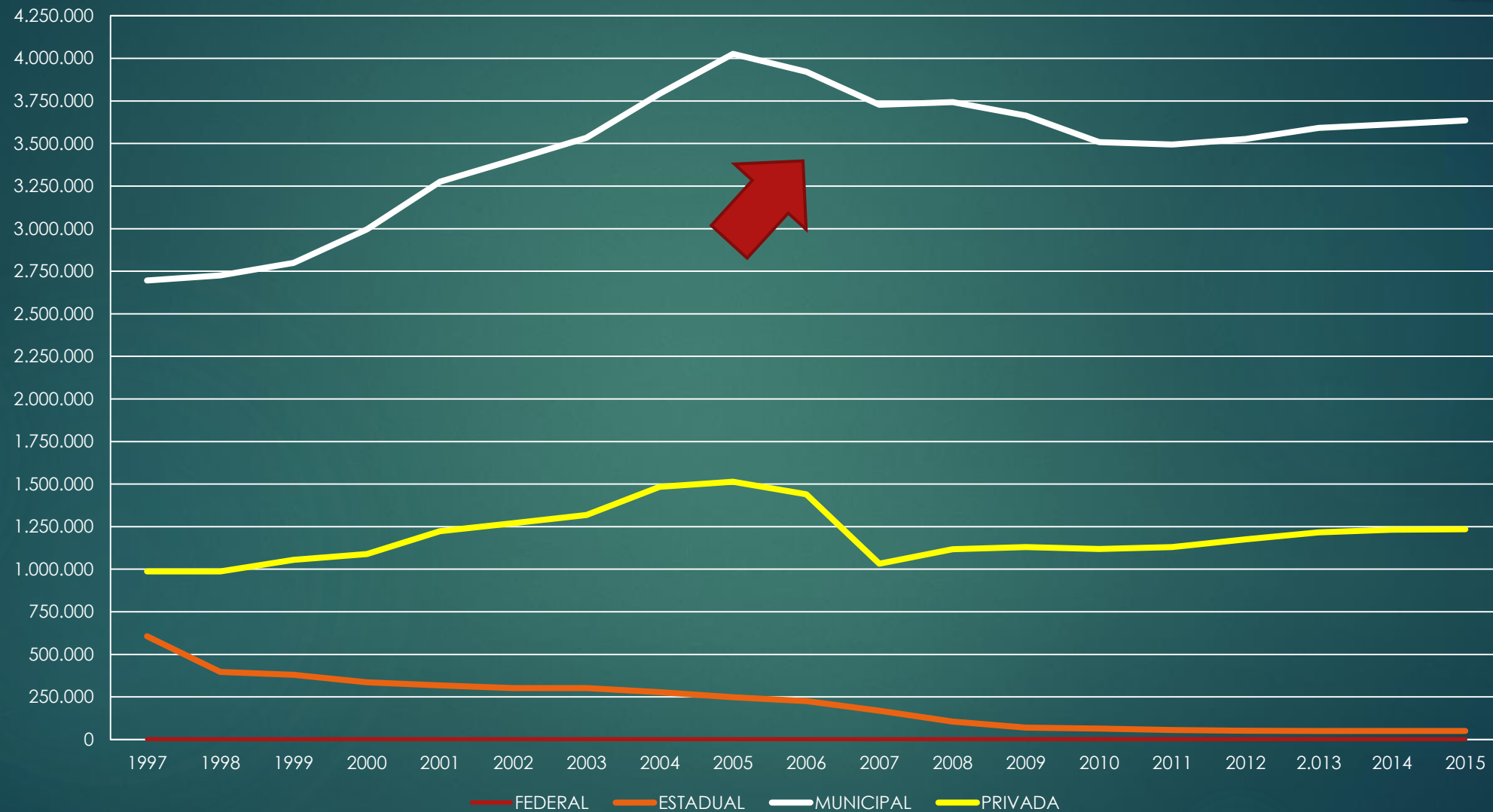
# Expansão de matrículas

- ▶ O período de vigência da política de fundos foi marcado pela expansão das matrículas da Educação Básica.
- ▶ No primeiro momento, pela focalização, o ritmo de expansão da educação infantil, especialmente do atendimento em creche, foi mais lento, processo que foi revertido com o Fundeb,
- ▶ Por outro lado, a quase universalização do ensino fundamental teve forte influência do estímulo financeiro oferecido por esta política.
- ▶ O ensino médio não apresentou a expansão esperada, mesmo que outros fatores tenham influenciado no desempenho.

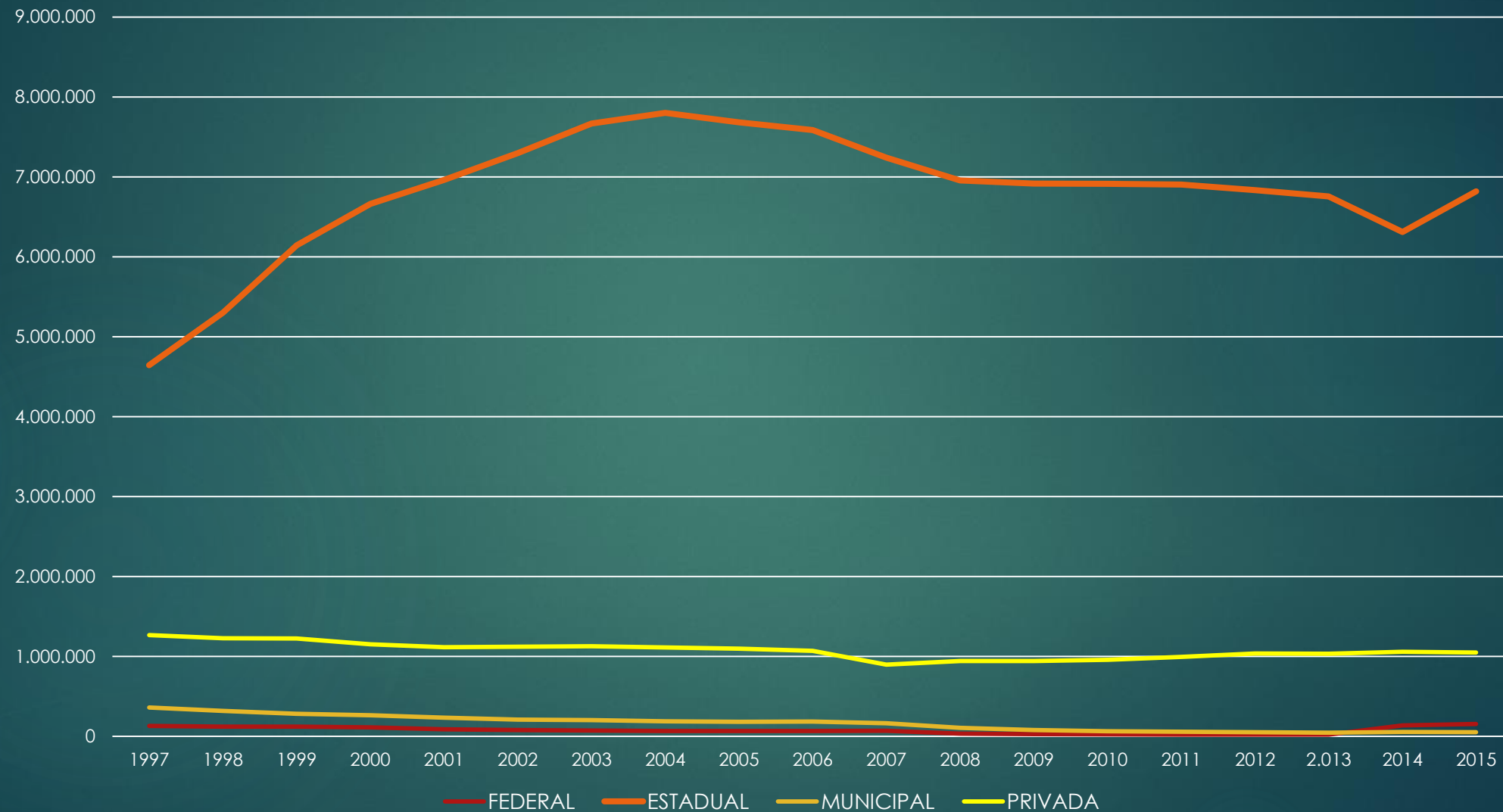
# Matrículas de creche – 1997 - 2015



# Matrículas pré-escola – 1997 a 2015



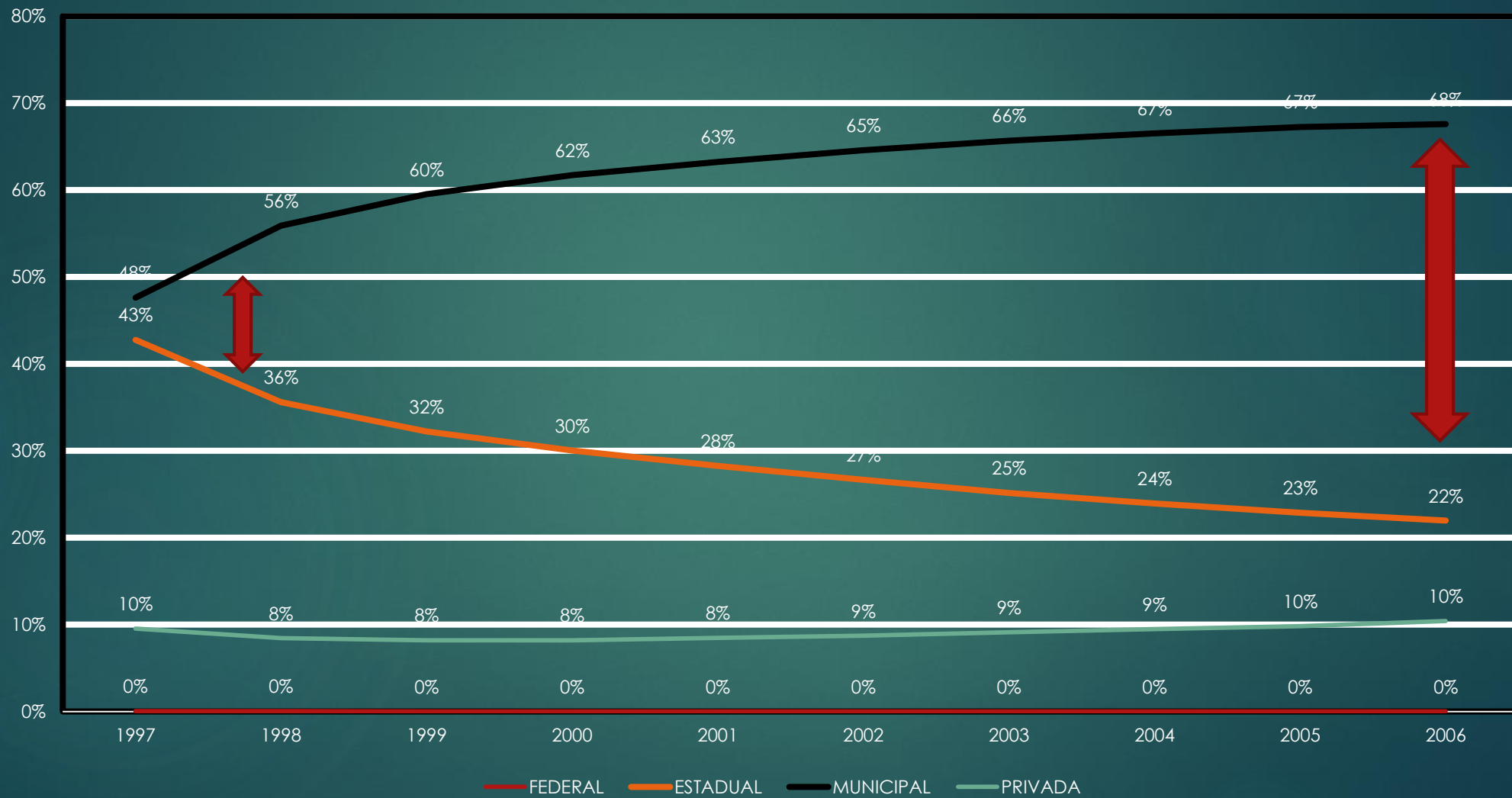
# Matrículas ensino médio – 1997 a 2015



# Responsabilidades

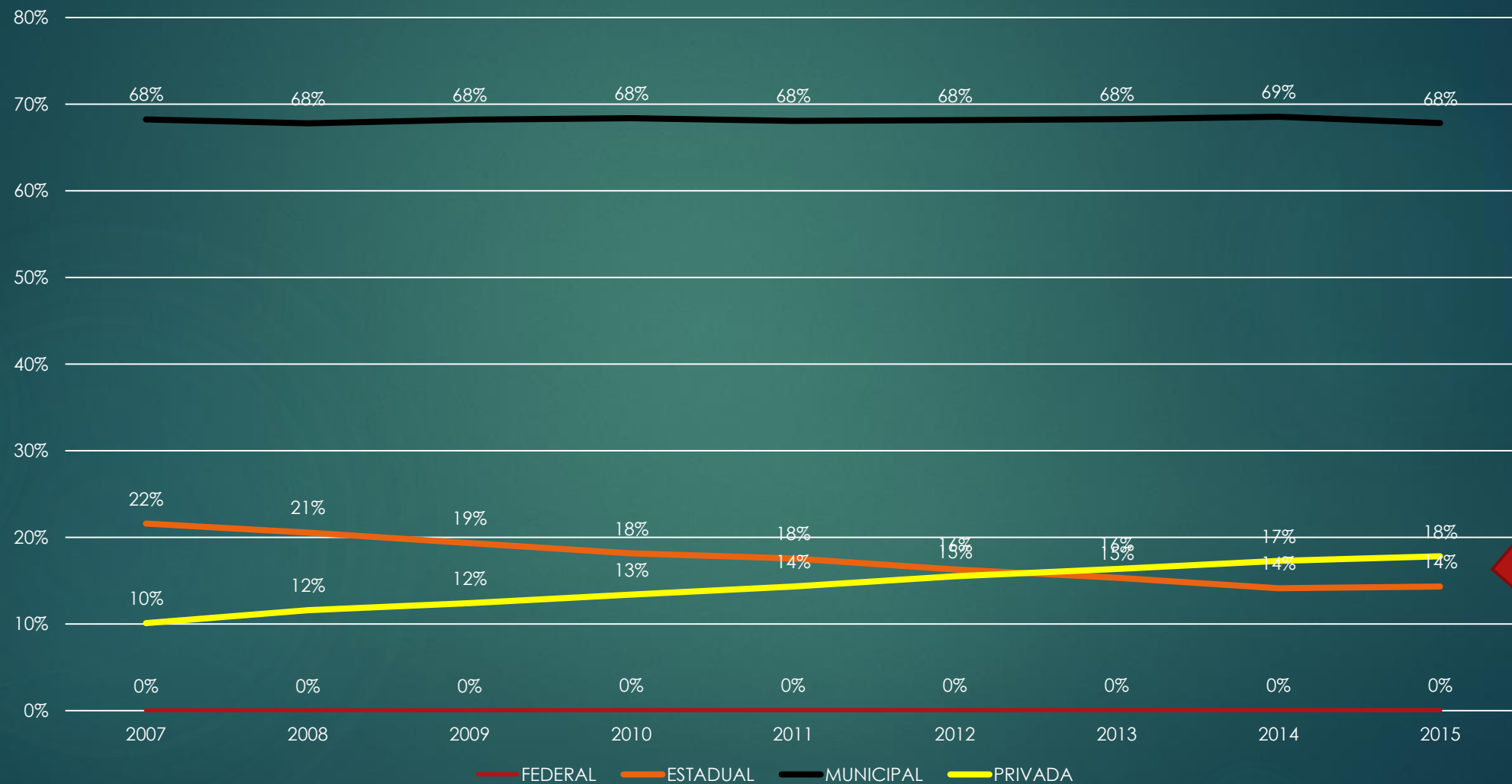
- ▶ A políticas de fundos representou uma migração de recursos estaduais para os municípios, como regra. Tal migração criou as condições de atratividade para o processo de municipalização acelerado do ensino fundamental no período do Fundef.
- ▶ Não houve reversão desta dinâmica com a implantação do Fundeb.

# Séries iniciais no período do Fundef

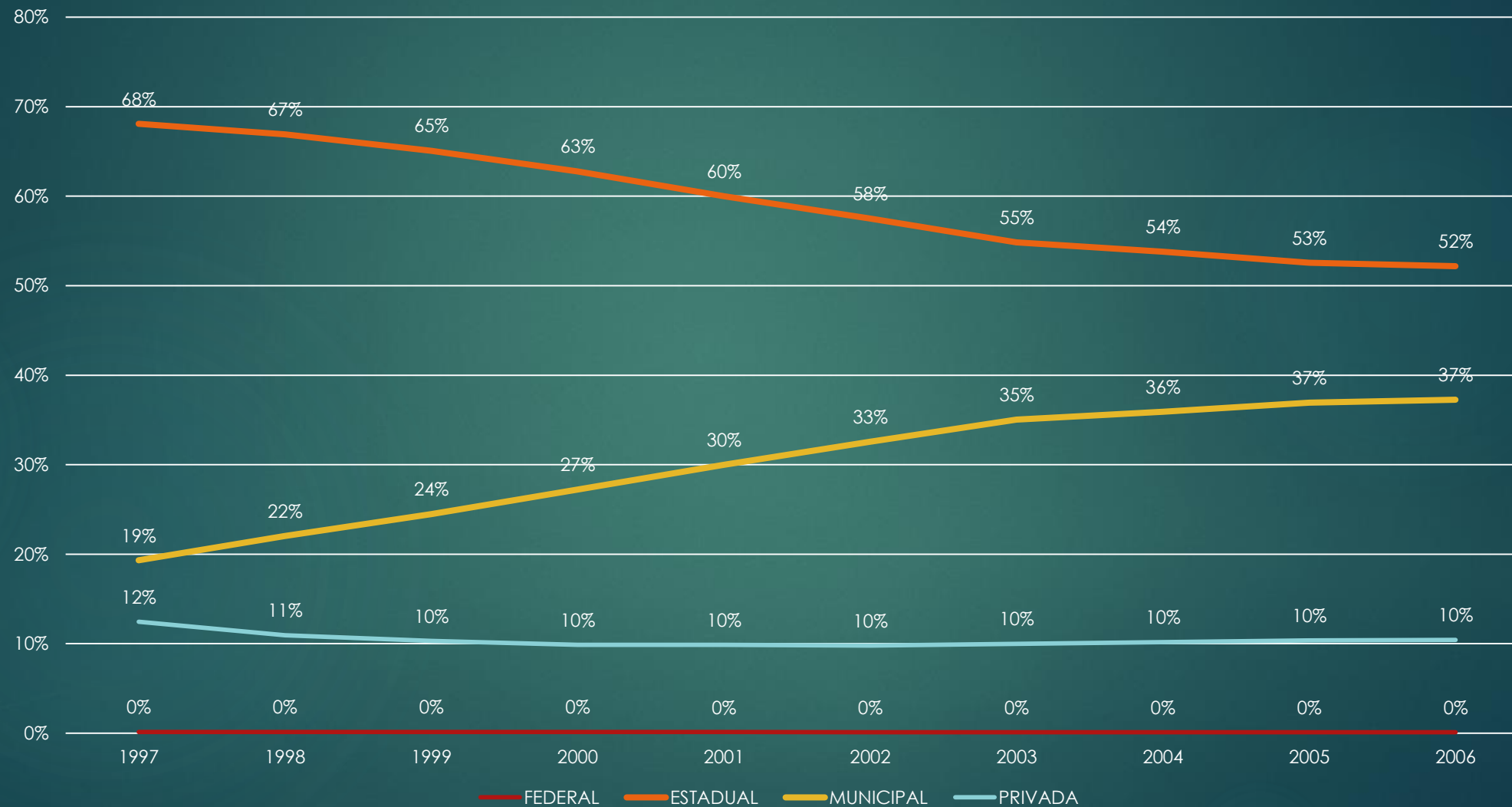




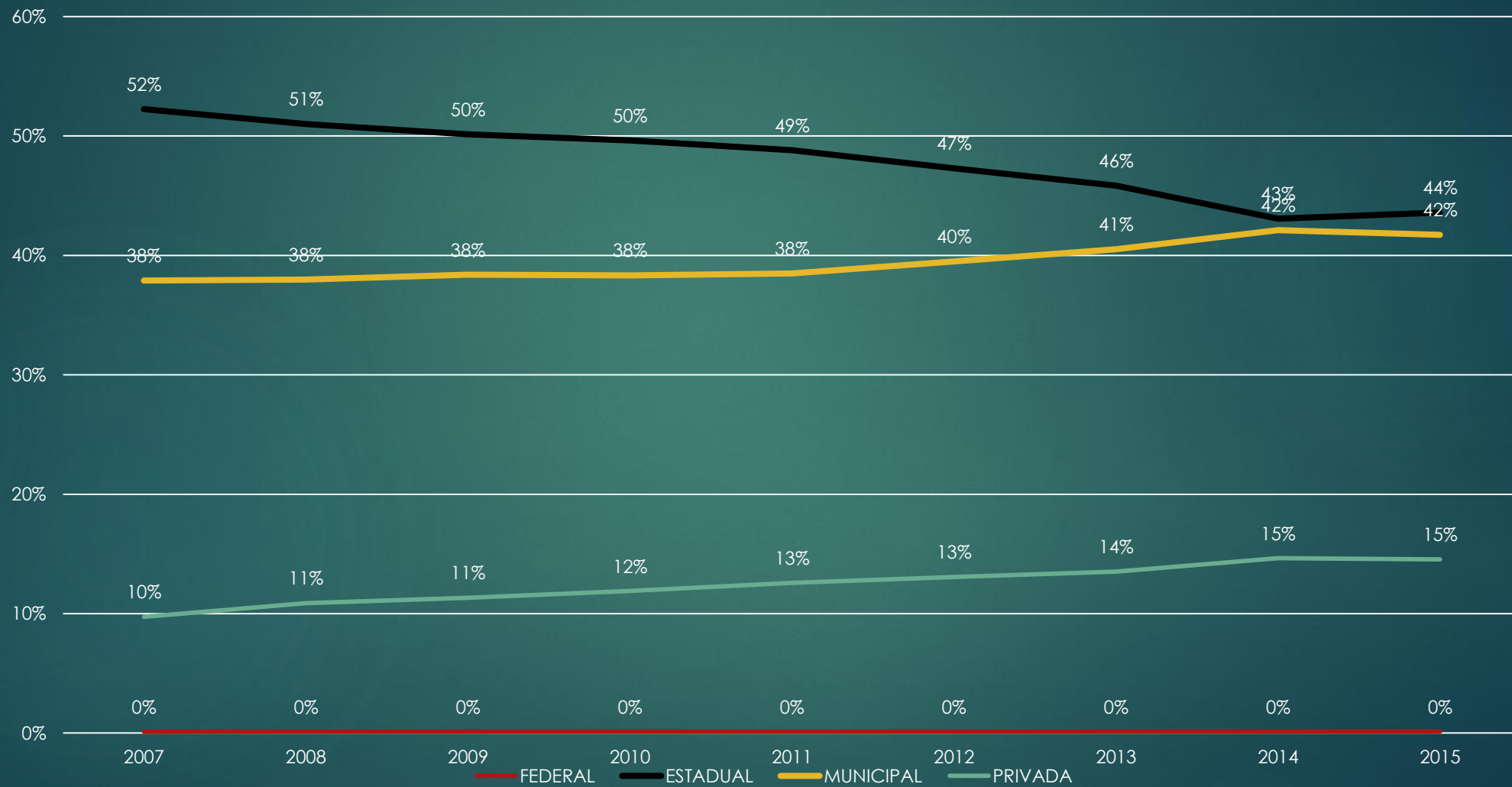
# Séries iniciais no Fundeb



# Séries finais no Fundef



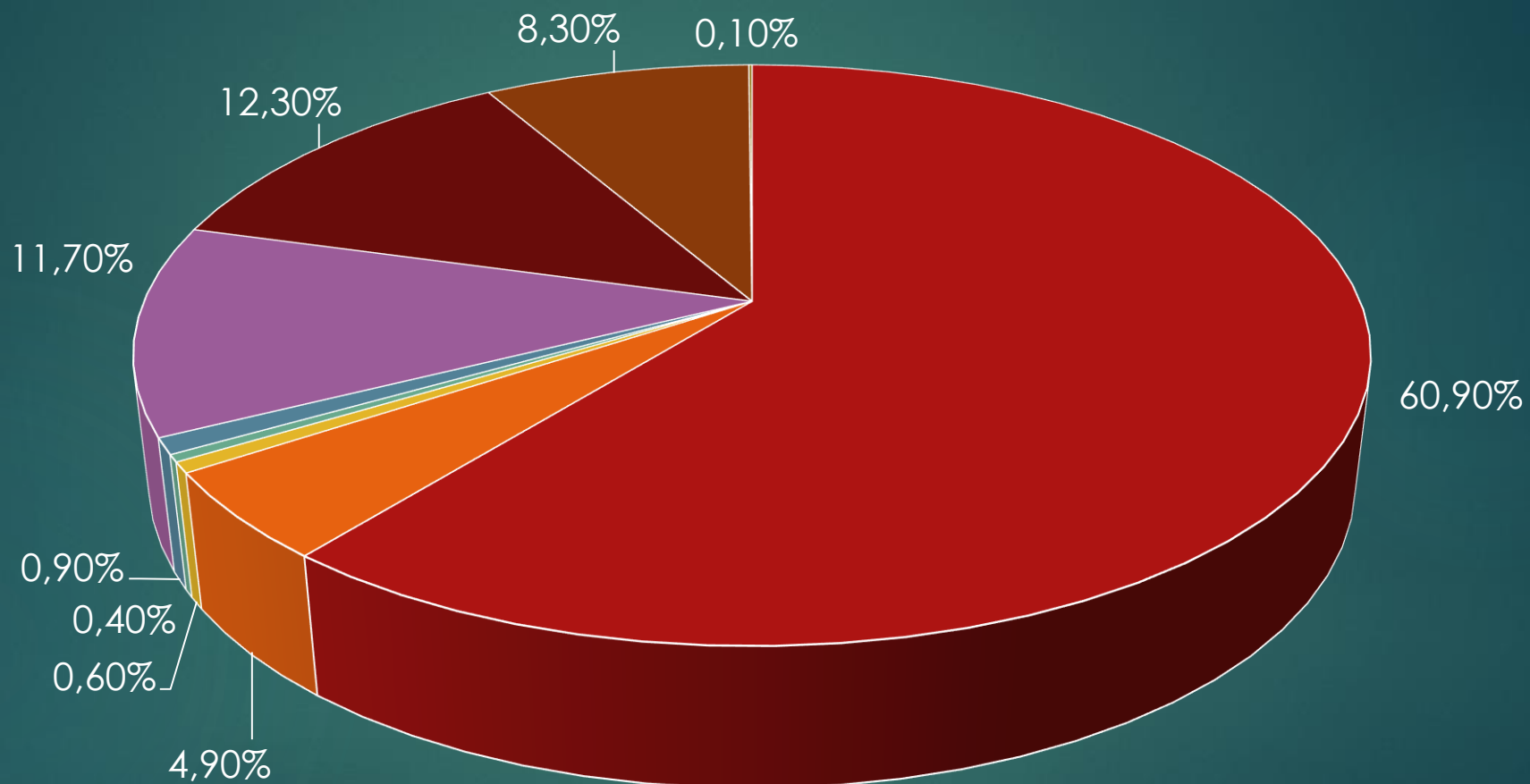
# Séries finais no Fundeb



# Migração de recursos

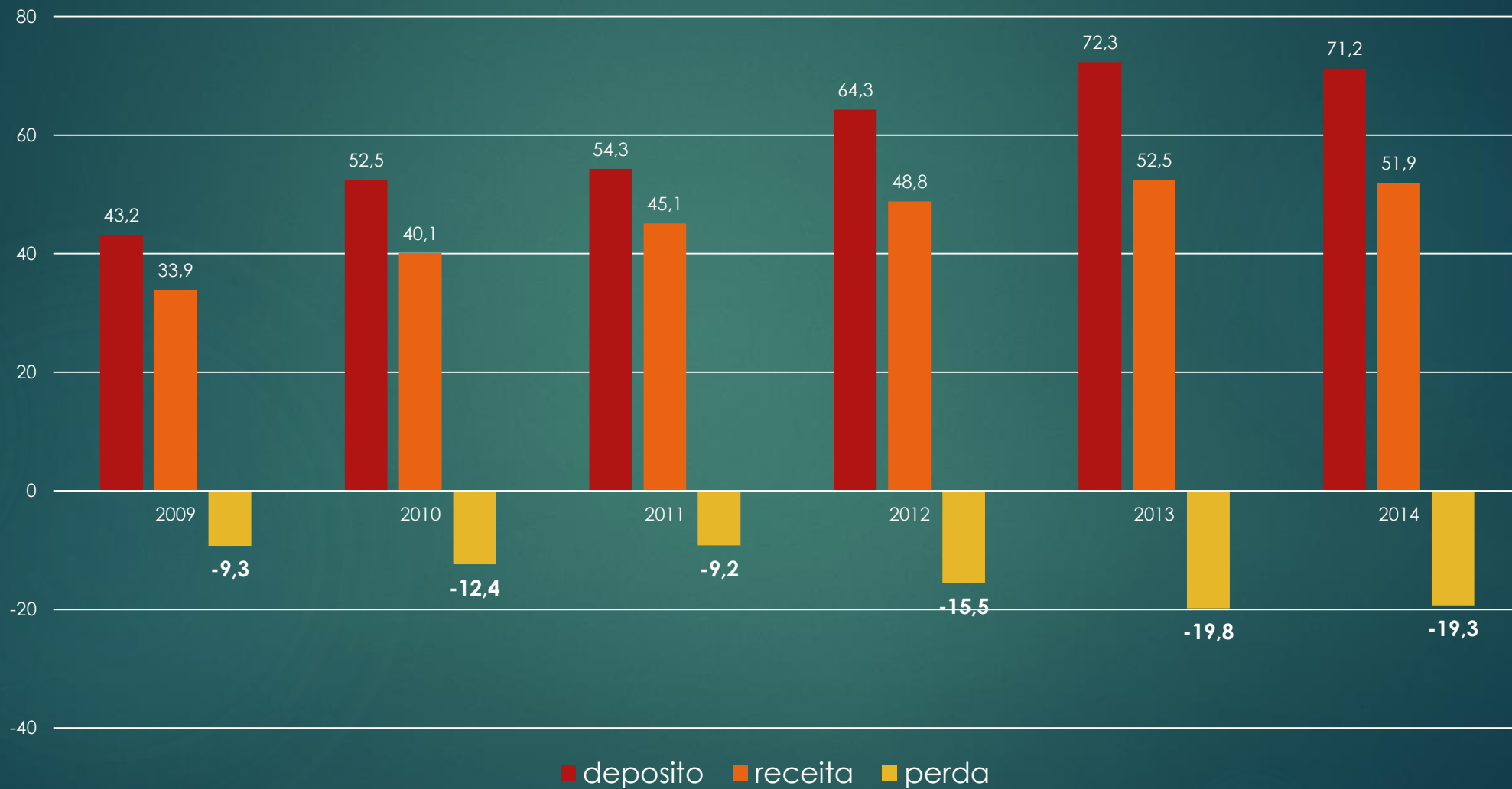
- ▶ A tendência que existiu durante o Fundef se manteve durante a vigência do Fundeb quando o assunto é ganhos e perdas financeiras entre os entes.
- ▶ Os estados continuam recebendo menos do que depositam. Esse fenômeno pode ser explicado pelo processo de municipalização da etapa mais numerosa em termos de matrícula, mas também pelo perfil de distribuição do principal recurso que mantém a política de fundos (ICMS), o qual é majoritariamente estadual (75%).

# Composição do Fundeb

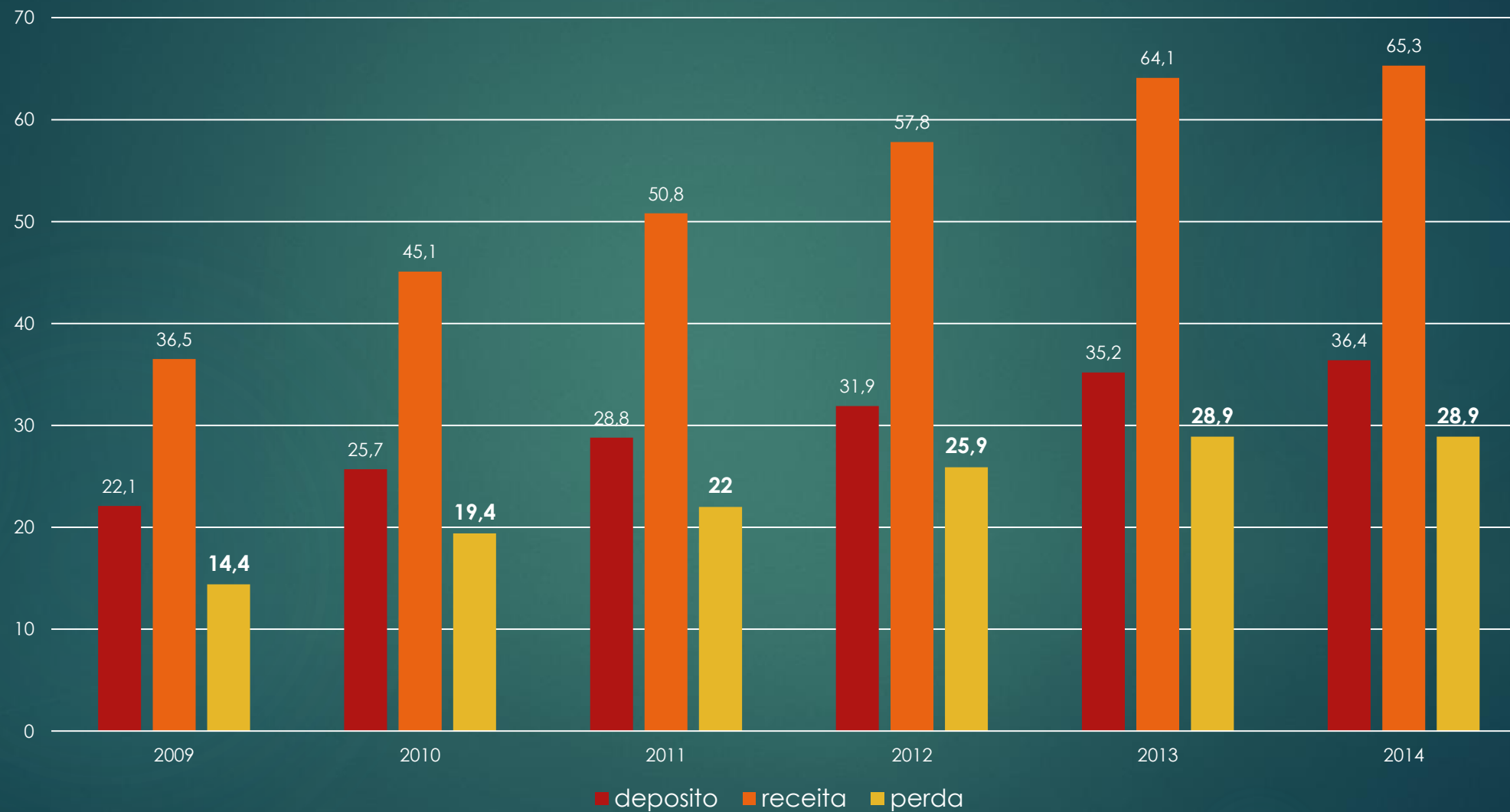


■ ICMS ■ IPVA ■ ITCMD ■ LC 87 ■ IPI-EXP ■ FPE ■ FPM ■ COMPL UNIÃO ■ ITR

# Perdas e ganhos - Estados



# Perdas e ganhos - Municípios

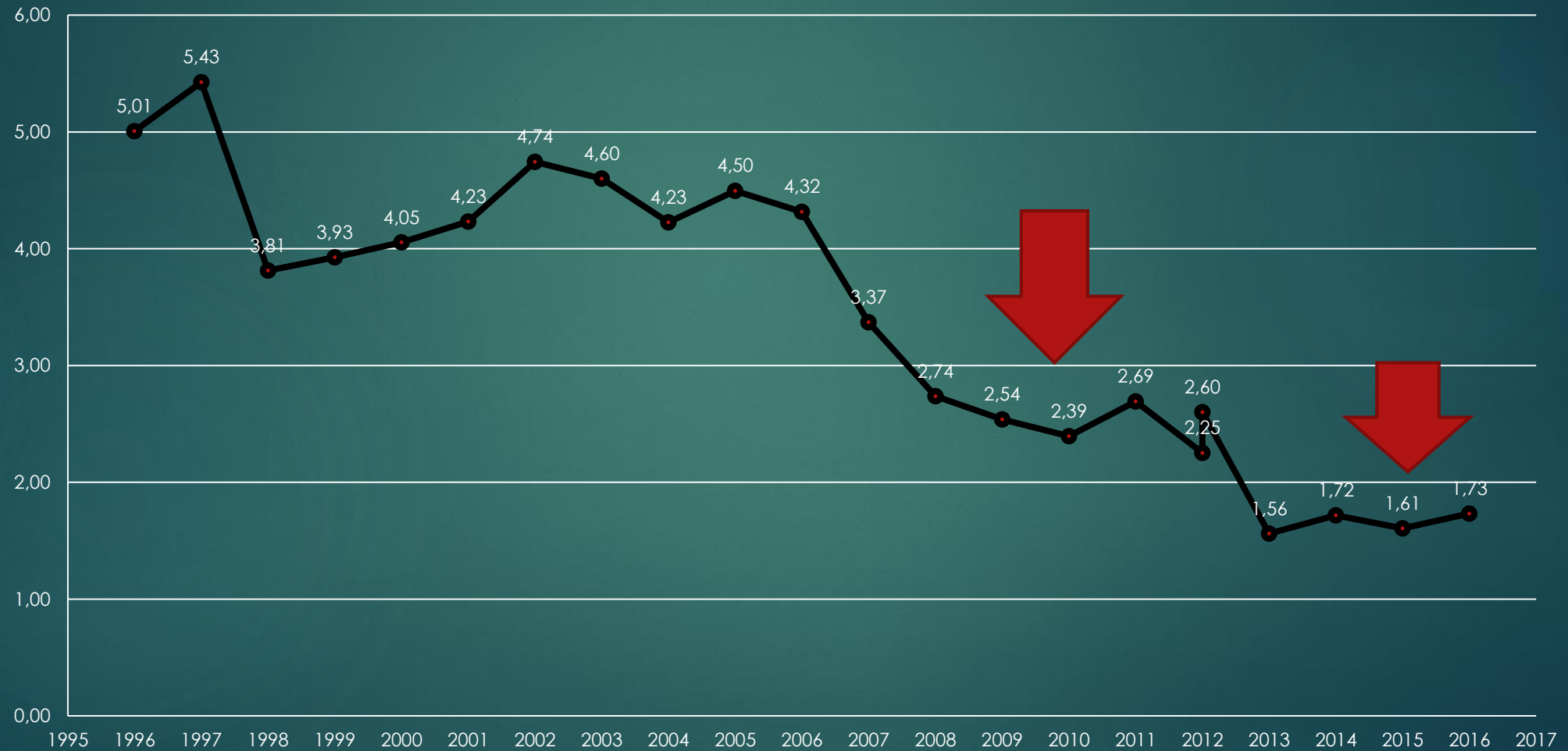


# Desigualdades

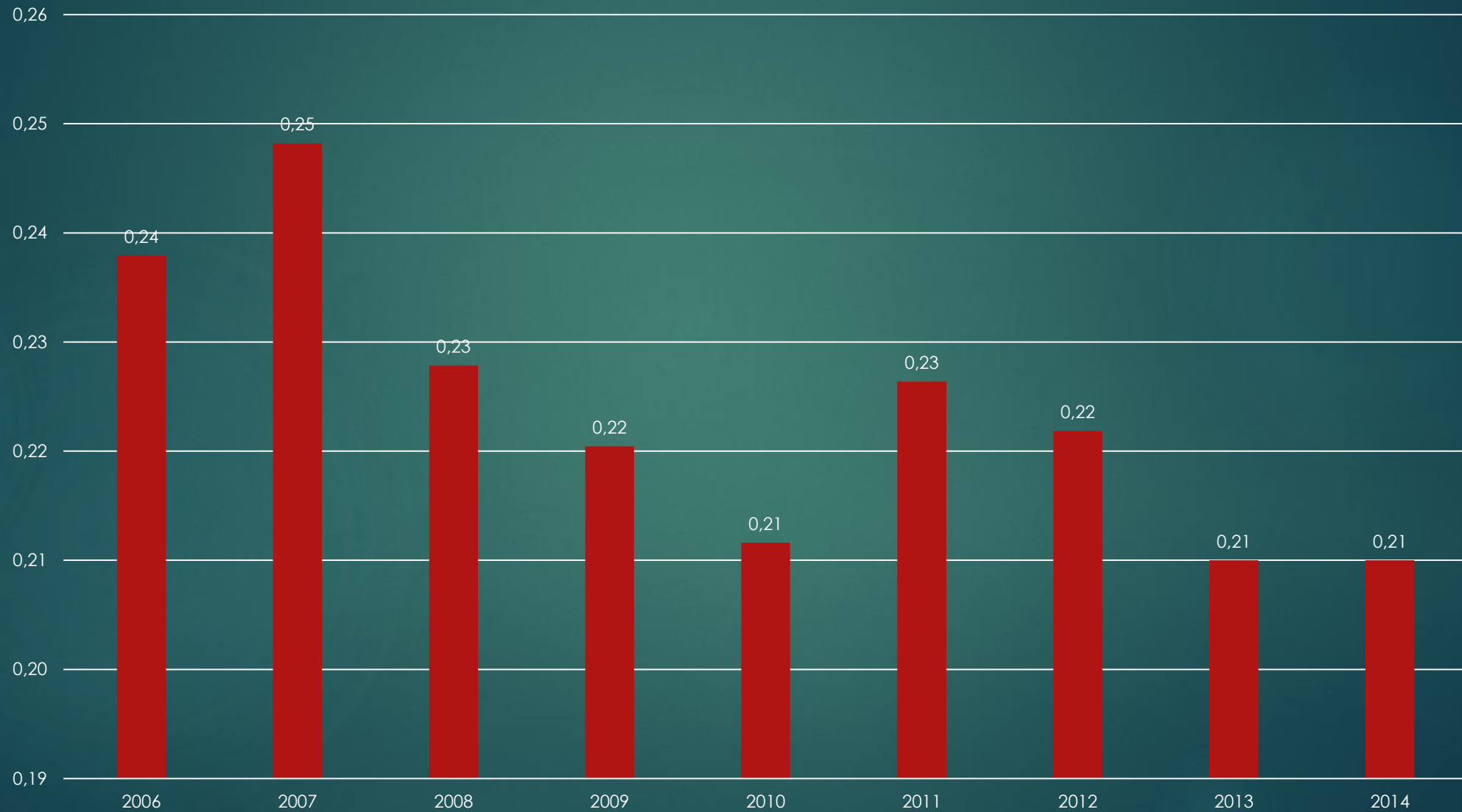
- ▶ Dois formatos tem sido utilizados para mensurar a diminuição das desigualdades dentro da política de fundos:
- ▶ Medir a distância entre o maior e menor valor por aluno existente nos diferentes fundos estaduais.
- ▶ Verificar o quanto o fundo conseguiu tornar menos desiguais os municípios, usando o coeficiente de Gini.
- ▶ O primeiro mostra o quanto a complementação da União tornou menos desiguais os recursos redistribuídos.
- ▶ O segundo verifica o impacto na desigualdade que tais recursos (cerca de 14% do disponível na esfera municipal) provocou efetivamente.



# Desigualdade dentre os fundos estaduais



# Coeficiente de Gini



# PNE coloca em debate os limites do Fundo

- ▶ Além do que já apresentei, ressalto que a lógica do fundeb é repartir os recursos premiando as matrículas, mesmo que mantendo distorções na valorização das etapas, por questões federativas (intervalo dos fatores de ponderação).
- ▶ E os impactos redistributivos entre estados dependem da complementação da União.
- ▶ Com a aprovação do PNE novos desafios de expansão do ensino foram assumidos, mas também se institucionalizou a obrigação de se estabelecer o padrão mínimo de qualidade.
- ▶ A responsabilidade de garantir o padrão é da União (Estratégia 20.10).

# CAQi versus Fundeb

- ▶ Não podemos pensar em institucionalizar o fundo sem discutir sua contribuição para o padrão mínimo de qualidade.
- ▶ Para isso será necessário mudar sua lógica, saindo do “valor per capita” existente, para o “valor necessário” para determinado padrão de atendimento.
- ▶ Que aspectos do Fundeb atual, pelo menos numa primeira aproximação, compatibilizar o mesmo com o CAQi provocaria mudanças no seu formato?

# CAQi versus Fundeb

- ▶ Dos parâmetros do CAQi deriva novos fatores de ponderação, os quais possuirão forte incidência na distribuição de recursos entre estados e municípios (creche está com valor sub representado, por exemplo).
- ▶ Para ser justo com o perfil desigual dos recursos efetivamente aplicados, seria necessário contabilizar no fundo todos os recursos do MDE, inclusive os municipais.
- ▶ A complementação da União deverá ser a necessária para viabilizar o padrão de qualidade e não um percentual fixo do recurso existente.

**Quadro 1. Valores de referência do CAQi para etapas e modalidades do Fundeb - 2015**

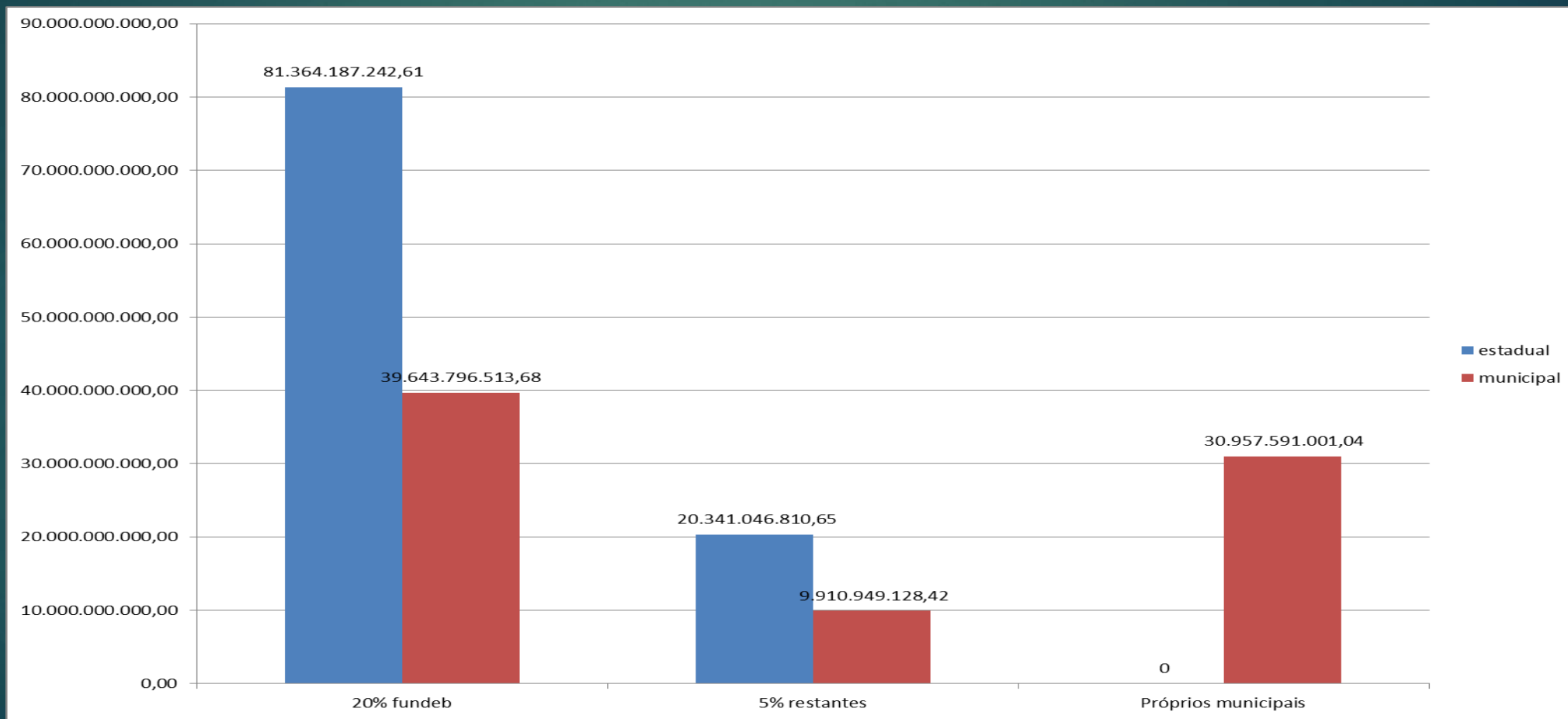
Etapa/modalidade	CAQi CNE (% PIB Per capita)	Base de cálculo	CAQi Campanha-CNE 2015	Fundeb mínimo 2015	Diferença: CAQi Campanha-CNE - Fundeb mínimo	Razão: CAQi Campanha-CNE / Fundeb mínimo 2015
Creche (tempo integral)	39,00	CAQi Campanha-CNE	10.005,59	3.349,27	6.656,32	2,99
Creche (tempo parcial)	30,00	CAQi Campanha-CNE + Fundeb*	7.696,61	2.576,36	5.120,25	2,99
Pré-escola (tempo integral)	19,63	CAQi Campanha-CNE + Fundeb*	5.036,15	3.349,27	1.686,88	1,50
Pré-escola (tempo parcial)	15,10	CAQi Campanha-CNE	3.873,96	2.576,36	1.297,60	1,50
Ensino Fundamental Anos Iniciais – Urbano (parcial)	14,40	CAQi Campanha-CNE	3.694,37	2.576,36	1.118,01	1,43
Ensino Fundamental Anos Finais – Urbano (parcial)	14,10	CAQi Campanha-CNE	3.617,41	2.834,00	783,41	1,28
Ensino Fundamental Anos Iniciais – Rural (parcial)	23,80	CAQi Campanha-CNE	6.105,98	2.962,82	3.143,16	2,06
Ensino Fundamental Anos finais – Rural (parcial)	18,20	CAQi Campanha-CNE	4.669,28	3.091,64	1.577,64	1,51
Ensino Fundamental (Tempo Integral)	18,72	CAQi Campanha-CNE + Fundeb*	4.802,69	3.349,27	1.453,42	1,43
Ensino Médio Urbano (parcial)	14,50	CAQi Campanha-CNE	3.720,03	3.220,46	499,57	1,16
Ensino Médio Rural (parcial)	18,20	CAQi Campanha-CNE (EF II Rural)	4.669,28	3.349,27	1.320,01	1,39
Ensino Médio Tempo Integral	18,72	CAQi Campanha-CNE + Fundeb*	4.802,69	3.349,27	1.453,42	1,43
Ensino Médio integrado à Ed. Profissional	18,72	CAQi Campanha-CNE + Fundeb	4.802,69	3.349,27	1.453,42	1,43
Educação Especial (conta 2x)	31,68	CAQi Campanha-CNE + Fundeb	8.127,62	5.668,00	2.459,62	1,43
Educação de Jovens e Adultos (Aval. no processo)	14,40	CAQi Campanha-CNE	3.694,37	2.061,09	1.633,28	1,79
EJA (integrado à Ed. Profissional)	17,28	CAQi Campanha-CNE + Fundeb*	4.433,25	3.091,64	1.341,61	1,43
Educação Indígena e Quilombola	23,80	CAQi Campanha-CNE (EF I Rural)	6.105,98	3.091,64	3.014,34	1,97
Creches conveniadas (tempo Integral)	33,00	CAQi Campanha-CNE + Fundeb*	8.466,27	2.834,00	5.632,27	2,99
Creches conveniadas (tempo parcial)	24,00	CAQi Campanha-CNE + Fundeb*	6.157,29	2.061,09	4.096,20	2,99

Obs: \* Nos casos em que o Parecer CEB/CNE nº 8/2010 não estabeleceu um valor para o CAQi, usou-se o valor por aluno do CAQi para a etapa correspondente versus o fator de ponderação do Fundeb.

Nota: Os valores do CAQi levaram em conta o Parecer CEB/CNE nº 8/2010 e o PIB per capita de 2013 (R\$ 25.655,37)

Elaboração: José Marcelino Rezende Pinto (USP) e Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

# Recursos do MDE 2015



# Recursos próprios

- ▶ Apesar de serem significativos, os recursos próprios são muito desiguais em termos territoriais.
- ▶ Os municípios paulistas representam 38% de todo recursos arrecadado pelos municípios brasileiros.
- ▶ 76% está concentrado em SP, DF, RJ, RS, MG e PR.



# Próximos anos

- ▶ A sugestão é que esta comissão contribua para o cumprimento do PNE, aprovado por esta Casa em 2014.
- ▶ Assim, ao invés de simplesmente constitucionalizar o Fundeb, deve-se vincular o debate com o Custo aluno-Qualidade Inicial e tirar consequências de todas as suas implicações.